

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Springs Global Participações S.A. ("Companhia"), que é domiciliada em Montes Claros - MG, foi constituída em 24 de novembro de 2005 e, em 24 de janeiro de 2006, recebeu, como contribuição de capital, 100% das ações da Coteminas S.A. ("CSA") e da Springs Global US, Inc. ("SGUS"), empresas privadas sediadas no Brasil e nos EUA, respectivamente, e que tinham como acionistas a Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas ("CTNM") e ex-acionistas da Springs Industries, Inc. ("SI"), respectivamente. Em 30 de abril de 2009, a Companhia adquiriu participação na empresa Springs e Rossini Participações S.A. ("SRPSA"), controladora da MMartan Têxtil Ltda ("MMartan").

A partir de 27 de julho de 2007, as ações da Companhia passaram a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação "SGPS3".

A Companhia controla a Coteminas S.A. e a Springs Global US, Inc., companhias que concentram suas atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela CTNM e pela SI. Essa associação criou um complexo operacional de produtos têxteis de cama e banho, com unidades de produção no Brasil, na Argentina, nos Estados Unidos e no México.

A Companhia também conta com fortes marcas, tais como MMartan, Casas Moyses, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

Os produtos são comercializados nos Estados Unidos e Canadá pela Springs Global US, Inc. através de sua extensa rede de distribuição e proximidade comercial com os maiores varejistas daqueles mercados. No Brasil e na Argentina, os produtos são comercializados pela Coteminas S.A. e sua controlada Coteminas Argentina S.A.

A partir de 30 de abril de 2009, a Companhia passou a controlar a SRPSA com 64,7% de seu capital. A SRPSA é uma empresa holding que possui 100% das cotas do capital social da MMartan, empresa voltada para o varejo de cama, mesa e banho, cujos produtos possuem alto valor agregado. Em 13 de dezembro de 2011 a Companhia adquiriu mais 18.440 ações da SRPSA, passando a deter 84,7% de seu capital social. Em 29 de junho de 2012 a Companhia adquiriu as restantes 14.133 ações, passando a deter 100% de seu capital social.

A partir de agosto de 2011, a Companhia iniciou as atividades varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca Artex através da controlada American Sportswear Ltda. ("ASW")

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de março de 2013.

Conforme determinado pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e legislação societária, a Companhia apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas, elaboradas, simultaneamente, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”), bem como as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão identificadas como “Consolidado”.

As demonstrações financeiras da controladora foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pela CVM e estão identificadas como “Controladora”. Essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins das IFRS os investimentos seriam avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pela CVM que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como "Outras, líquidas".

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de "Empréstimos e recebíveis" e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria "Valor justo por meio do resultado".

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedge sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados

em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do período.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para devedores duvidosos--As contas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As contas a receber de longo prazo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos são relevantes. As contas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas investidas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio

líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de “Ajuste acumulado de conversão” no patrimônio líquido e também apresentado como resultado abrangente.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(l) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(m) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(n) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, fundos de comércio e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com vida útil determinada são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(o) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre

que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do exercício.

(p) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 35% a 38%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(q) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(r) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(s) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(t) Remuneração por ações--Os instrumentos cuja liquidação é efetuada através de ações de emissão da Companhia são mensurados ao valor justo das opções na data da outorga e a despesa é reconhecida linearmente ao longo do período pelo qual os benefícios foram adquiridos ("vesting period").

(u) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro por ação.

(v) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(w) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau

normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluam para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(x) Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)--Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras.

(y) Acionista controlador e não controlador--Nas demonstrações financeiras, “acionista controlador” representa todos os acionistas da Companhia e “não-controlador” representa a participação dos acionistas minoritários das controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas CSA, ASW e SGUS, das quais possui 100% do capital social, e da SRPSA, da qual possuía 84,7% do capital social até 29 de junho de 2012 e 100% a partir daquela data.

A controlada CSA, controladora da Coteminas Argentina S.A. com 100% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada SGUS, controladora de: (i) Warbird Corporation (Delaware, EUA); (ii) Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México); (iii) Casa Springs S.A. de C.V. (México); (iv) Charles D. Owen Mfg. Co. (Delaware, EUA); (v) Springmaid International, Inc. (Índia); (vi) Springs International Services Inc. (Carolina do Sul, EUA); (vii) Sabre US, Inc. (Delaware, EUA), todas com 100% de participação, (viii) Espacio LLC (Delaware, EUA) com 75%, e (ix) Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA), (x) Springs Canada, Inc. (Ontário, Canadá) (xi) Springs Brands, LLC (Delaware, EUA), (xii) Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman), (xiii) Springs Shanghai Trading Co., Ltd. (China) todas com participação de 87,5%, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

A controlada SRPSA, controladora da MMartan, com 100% de seu capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações financeiras já consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”. As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não-controladores.

As demonstrações financeiras das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>Variação</u>
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	2,0435	1,8758	8,94%
Taxa média:			
31 de dezembro (12 meses)	1,9588	1,6709	17,23%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Alterações à norma IFRS 7 - Divulgações - transferências de ativos financeiros	As alterações aumentam as exigências de divulgação de transações que envolvam a transferência de ativos financeiros para tornar mais transparentes as exposições aos riscos na transferência dos ativos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à norma IAS 12 - Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando os ativos são mensurados pelo modelo de valor justo da norma IAS 40	De acordo com as modificações, espera-se que as propriedades para investimento mensuradas com base no modelo de valor justo de acordo com a IAS 40 - Propriedade para Investimento (equivalente ao CPC 28) sejam recuperadas por meio da venda para fins de mensuração dos impostos diferidos, a menos que a premissa seja refutável.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2012.

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional em 2012 ou obrigatória para os períodos iniciados após 1º de janeiro de 2013. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e

alterações de normas por parte da Companhia. Considerando as atuais operações da Companhia e de sua controlada, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção, exceto pelos novos requerimentos descritos no CPC 33(R1) – Benefícios aos empregados, detalhado na nota explicativa número 29 às demonstrações financeiras.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 (conforme alterada em 2010) – Instrumentos Financeiros(*)	Emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015.
Data Efetiva Mandatória e Divulgações de Transição – IFRS 9 e IFRS 7(*)	Altera a data de aplicação da IFRS 9 para exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015 e altera os requerimentos de transição da IAS39 para a IFRS9.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015 (IFRS9) e requerimentos de transição para adoção antecipada da IFRS9.
IAS 28 (Revisada 2011) e CPC 18(R2) - Investimentos em Coligadas e Entidades Controladas em Conjunto	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (Revisada 2011) e CPC 35(R2) - Demonstrações Financeiras Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações contábeis consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações contábeis separadas são mantidos.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 e CPC 36(R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações contábeis consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 e CPC 19(R2) – Negócios em Conjunto	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 e CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação de investimentos nas entidades que a Sociedade possui influência significativa.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 13 e CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 19 (Revisada 2011) e CPC 33 (R1) - Benefícios aos Empregados (vide nota explicativa nº29 às demonstrações financeiras)	Eliminação do enfoque do corredor ("corridor approach"), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 1 - Apresentação dos Outros Resultados Abrangentes	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2012.
Alterações à IFRS 7 – Divulgações – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Introduz requerimentos de divulgação de informações sobre todos os instrumentos financeiros que são compensados conforme permitidos pelo IAS 32.	Aplicável a exercícios e períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Fornece esclarecimentos sobre a aplicação das regras para compensação de ativos e passivos financeiros.	Aplicável a exercícios e períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2014. Aplicação deve ser retroativa.

(*) O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
CDB pós fixado	1.525	-	35.535	51.385
Operações compromissadas	-	-	12.211	36.196
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	2.666	12.494
Depósitos no exterior	-	-	47.760	32.829
Depósitos em contas correntes	228	40	11.126	13.712
	-----	-----	-----	-----
	1.753	40	109.298	146.616
	=====	=====	=====	=====

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	2012	2011
Depósito restrito (*)	1.580	88
	-----	-----
	1.580	88
	=====	=====

(*) Em 31 de dezembro de 2012 a controlada SGUS possuía depósitos restritos em instituições financeiras no valor total US\$773 mil (US\$47 mil em 2011) na condição de “Compensating balance arrangement”.

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	2012	2011
Clientes no mercado interno	366.327	344.235
Clientes no mercado externo	92.841	94.827
Operadoras de cartão de crédito	9.742	34.957
Partes relacionadas – mercado interno	8.820	1.366
Partes relacionadas – mercado externo	540	4.747
	-----	-----
	478.270	480.132
Provisão para devedores duvidosos	(26.564)	(30.359)
	-----	-----
	451.706	449.773
Circulante	(451.706)	(448.268)
	-----	-----
Não circulante	-	1.505
	=====	=====

As vendas a prazo realizadas pelas lojas MMartan e Artex são efetuadas diretamente ao consumidor e parceladas em até 10 pagamentos por meio de instrumentos de crédito cedidos pelas administradoras de cartões de crédito. Sobre esses valores são efetuados ajustes a valor presente considerando as taxas de juros de mercado, uma vez que os preços à vista não

diferem dos preços parcelados. Em 31 de dezembro de 2012, os valores a receber parcelados sob essa modalidade de venda eram de R\$11.048 (R\$36.019 em 2011), com um prazo médio de 90 dias, totalizando um ajuste no valor de R\$1.306 (R\$1.062 em 2011) utilizando-se 100% do CDI como taxa de juros.

Foi efetuado ajuste a valor presente, no valor de R\$30 (R\$489 em 31 de dezembro de 2011), para as contas a receber decorrentes de acordo de parcelamento de duplicatas vencidas. O ajuste a valor presente equivale aos juros embutidos nas parcelas acordadas com o cliente, mantendo-se os valores originais das duplicatas.

As contas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 84 dias (99 dias em 31 de dezembro de 2011). Os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos em 2012 e apenas um cliente representa mais de 10% da receita de vendas.

A composição das duplicatas a receber consolidada por idade de vencimento é como segue:

	2012	2011
A vencer	359.465	374.638
Vencidas até 30 dias	43.347	28.562
Vencidas de 31 a 60 dias	8.878	7.129
Vencidas de 61 a 90 dias	6.122	9.979
Vencidas de 91 a 180 dias	4.539	12.554
Vencidas de 181 a 360 dias	4.418	8.126
Vencidas acima de 360 dias	51.501	39.144
	-----	-----
	478.270	480.132
	=====	=====

A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

	2012	2011
Saldo no início do exercício	(30.359)	(28.750)
Adições	(2.032)	(626)
Baixas	7.385	726
Variação cambial	(1.558)	(1.709)
	-----	-----
Saldo no final do exercício	(26.564)	(30.359)
	=====	=====

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	2012	2011
Matéria-prima e secundários	131.583	186.668
Produtos em elaboração	137.428	213.229
Produtos acabados	274.803	245.485
Peças de reposição	44.702	53.119
	-----	-----
	588.516	698.501
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas que, na avaliação da Administração, são consideradas suficientes para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados e ou obsoletos.

A movimentação da provisão é como segue:

	2011	Adições	Baixas	Varição cambial	2012
Matéria-prima e secundários	(28.396)	(870)	27.232	(93)	(2.127)
Produtos em elaboração	(3.317)	-	1.256	(293)	(2.354)
Produtos acabados	(28.614)	-	20.935	(1.671)	(9.350)
Peças de reposição	(1.474)	(3.028)	-	-	(4.502)
	-----	-----	-----	-----	-----
	(61.801)	(3.898)	49.423	(2.057)	(18.333)
	=====	=====	=====	=====	=====

7. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Consolidado	
	2012	2011
Fornecedores de matéria-prima	56.955	62.783
Fornecedores de energia elétrica	408	5.282
	-----	-----
	57.363	68.065
Total no ativo circulante	(57.363)	(67.657)
	-----	-----
Total no ativo não circulante	-	408
	=====	=====

A controlada CSA possui contrato de compra de energia elétrica com a CESP – Companhia Energética de São Paulo, firmado em 26 de agosto de 2004 para fornecimento de energia até dezembro de 2012. Em 10 de janeiro de 2005, foi efetuado adiantamento de R\$58.314.

Mensalmente a CESP efetua os faturamentos pelo valor vigente, a controlada CSA amortiza o adiantamento pelo custo histórico e o valor excedente é contabilizado como redução de custo.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo apresentado no ativo circulante é de R\$408 (R\$4.874 no ativo circulante e R\$408 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2011).

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Investimentos diretos:

Controladas	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do exercício 2012	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial (Controladora)	
				2012	2011	2012	2011
<u>Operações continuadas:</u>							
SGUS (1)	(37.101)	100	94.668	-	-	94.668	(70.626)
CSA	1.042.651	100	(46.347)	1.042.651	1.210.198	(46.347)	(40.107)
SRPSA (2) (3)	56.974	100	(837)	56.974	48.539	(780)	5.227
ASW (3)	54.827	100	(54.485)	54.827	27.314	(54.485)	(18.782)
				-----	-----	-----	-----
				1.154.452	1.286.051	(6.944)	(124.288)
				=====	=====	=====	=====
<u>Operações descontinuadas (4):</u>							
SGUS		100	(83.698)			(83.698)	(157.800)
CSA		100	(51.652)			(51.652)	(111.843)
						-----	-----
						(135.350)	(269.643)
						=====	=====

(1) O patrimônio líquido da controlada SGUS em 31 de dezembro de 2012, apresentava saldo de R\$37.101 devedor (R\$42.669 em 31 de dezembro de 2011) e está apresentado como "Obrigações de controladas" no passivo não circulante.

(2) A Companhia possuía 64,7% do capital social da controlada SRPSA. Em 13 de dezembro de 2011 a Companhia adquiriu mais 18.440 ações da SRPSA, passando a deter 84,7% de seu capital social. Em 29 de junho de 2012 a Companhia adquiriu as restantes 14.133 ações, passando a deter 100% de seu capital social.

(3) Em 1º de janeiro de 2013, como forma de consolidação das operações de varejo da Companhia, a Controlada ASW incorporou a controlada SRPSA e a controlada indireta MMartan, e alterou sua razão social para AMMO Varejo Ltda. Não haverá nenhum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que as operações de varejo já são reportadas de forma consolidada.

(4) Vide nota explicativa nº28 às demonstrações financeiras.

b) Investimentos indiretos:

Subsidiárias da SGUS

	Patrimônio Líquido	Participa- ção-%	Total do investimento		Resultado de equi- valência patrimonial	
			2012	2011	2012	2011
Warbird Corporation (Delaware, EUA)	87.980	100,0	87.980	117.071	(2.723)	(122)
Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México) (1)	7.077	100,0	7.077	5.832	537	345
Casa Springs S.A. de C.V. (México) (1)	6.514	100,0	6.514	5.995	(27)	(174)
Charles D. Owen Mfg. Co. (Delaware, EUA)	57.707	100,0	57.707	61.421	(7.073)	(1.878)
Springmaid International, Inc. (Índia)	3.293	100,0	3.293	3.016	(94)	(22)
Springs International Services Inc. (Carolina do Sul, EUA)	(527)	100,0	(527)	(543)	84	(46)
Sabre US, Inc. (Delaware, EUA)	61.876	100,0	61.876	52.240	4.110	4.224
Espacio LLC (Delaware, EUA)	365	75,0	274	2.346	(2.665)	(3.203)
Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA)	20.435	87,5	17.881	-	-	-
Springs Canada, Inc. (Ontário, Canadá) (2)	38.772	87,5	33.925	31.062	15.155	7.033
Springs Brands, LLC (Delaware, EUA) (2)	(6.772)	87,5	(5.926)	-	(8.433)	-
Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman) (2)	2.299	87,5	2.012	3.957	-	(8)
Springs Shanghai Trading Co., Ltd. (China) (3)	773	87,5	677	(2.422)	(1.110)	(28)

(1) Companhias subsidiárias integrais de Warbird Corporation (Delaware, EUA).

(2) Companhias subsidiárias integrais de Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA) a partir de 4 de agosto de 2012.

(3) Companhia subsidiária integral de Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman).

Em 4 de agosto de 2012, a subsidiária SGUS e a Bedrock Holdings LP formaram a Springs Canada Holdings, LLC ("SCH"). A SGUS possui 87,5% do capital social da SCH e a Bedrock Holdings possui 12,5%. A parceria foi formada para atuar no mercado Canadense e em operações selecionadas da SGUS, as quais foram contribuídas através da criação da Springs Brands, LLC, subsidiária integral da SCH.

A Bedrock Holdings contribuiu US\$10 milhões e a Springs Global contribuiu ativos tangíveis e intangíveis, líquidos, no valor contábil de US\$20,2 milhões, representados: (i) por ações da Springs Canada, Inc. e da Springs Cayman Holding Ltd. (controladora da Springs Shanghai Trading Co., Ltd.), (ii) pela marca Springmaid, (iii) pelo direito de comercializar certas marcas licenciadas e (iv) pelos ativos e passivos operacionais relacionados, incluindo o capital de trabalho.

Antes da formação da SCH, os investimentos na Springs Canada, Inc. e na Springs Cayman Holding Ltd. pertenciam a Warbird Corporation, subsidiária integral da SGUS.

Subsidiária da CSA

	Patrimônio Líquido	Participação - %	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
			2012	2011	2012	2011
Coteminas Argentina S.A.	23.263	100	23.263	33.617	(9.174)	307
			=====	=====	=====	=====

Subsidiária da SRPSA

	Patrimônio Líquido	Participação - %	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
			2012	2011	2012	2011
MMartan Têxtil Ltda.	57.165	100	57.165	57.966	(801)	8.074
			=====	=====	=====	=====

9. IMOBILIZADO E DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado

	Taxa (*) %	Consolidado			
		2012			2011
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	2,8	60.450	(10.631)	49.819	39.390
Edifícios	2,3	430.884	(151.974)	278.910	297.325
Instalações	5,7	231.912	(122.370)	109.542	110.957
Equipamentos	6,2	1.104.026	(719.139)	384.887	419.320
UHE - Porto Estrela (**)	2,2	37.506	(9.420)	28.086	29.137
Móveis e utensílios	9,9	44.910	(27.901)	17.009	9.898
Veículos	20,0	41.399	(17.762)	23.637	2.710
Computadores e periféricos	18,1	42.006	(36.995)	5.011	5.407
Obras em andamento	-	37.631	-	37.631	49.326
Outros	2,8	99.248	(83.046)	16.202	16.526
		2.129.972	(1.179.238)	950.734	979.996

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação

(**) Vide nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras.

Tendo em vista sua rentabilidade operacional e geração de caixa a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados consolidados é conforme segue:

Custo:

	2011	Adições	Baixas	Transferências para o disponível para venda	Transferências	Variação cambial	2012
Terrenos e benfeitorias	44.545	19.472	(2.410)	(1.490)	416	(83)	60.450
Edifícios	442.465	40	(5.777)	(10.825)	942	4.039	430.884
Instalações	222.990	3.744	(685)	(21)	6.193	(309)	231.912
Equipamentos	1.115.282	11.315	(22.106)	(21.349)	15.389	5.495	1.104.026
UHE - Porto Estrela	37.416	90	-	-	-	-	37.506
Móveis e utensílios	34.360	10.037	(1.398)	785	136	990	44.910
Veículos (*)	17.376	24.490	(958)	151	(246)	586	41.399
Computadores e periféricos	37.460	1.334	(4.507)	5.107	(74)	2.686	42.006
Obras em andamento	49.326	12.594	(972)	(185)	(22.728)	(404)	37.631
Outros	91.504	804	(456)	617	(28)	6.807	99.248
	2.092.724	83.920	(39.269)	(27.210)	-	19.807	2.129.972

(*) Adições no valor de R\$23.919 foram liquidadas com créditos acumulados de ICMS.

Depreciação acumulada:

	2011	Adições	Baixas	Transferências para o disponível para venda	Transferências	Variação cambial	2012
Terrenos e benfeitorias	(5.155)	(5.413)	48	-	-	(111)	(10.631)
Edifícios	(145.140)	(10.452)	851	5.755	-	(2.988)	(151.974)
Instalações	(112.033)	(10.985)	102	21	456	69	(122.370)
Equipamentos	(695.962)	(52.053)	16.037	19.120	(637)	(5.644)	(719.139)
UHE - Porto Estrela	(8.279)	(1.141)	-	-	-	-	(9.420)
Móveis e utensílios	(24.462)	(2.129)	140	(497)	-	(953)	(27.901)
Veículos	(14.666)	(3.426)	893	(151)	178	(590)	(17.762)
Computadores e periféricos	(32.053)	(2.479)	4.424	(4.316)	114	(2.685)	(36.995)
Outros	(74.978)	(990)	326	(521)	(111)	(6.772)	(83.046)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(1.112.728)	(89.068)	22.821	19.411	-	(19.674)	(1.179.238)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====	=====

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$46.822 (R\$50.427 em 31 de dezembro de 2011) foi apresentado como “Imobilizado disponível para venda” no ativo não circulante e, conseqüentemente, eliminado da tabela acima pelo seu valor contábil.

A movimentação do imobilizado disponível para a venda foi como segue:

	2011	Adições	Baixas	Transferências Imobilizado	Variação cambial	2012
Custo	540.748	691	(79.315)	32.142	42.366	536.632
Depreciação	(423.136)	(4.175)	46.374	(19.411)	(27.541)	(427.889)
Provisão para perda	(67.185)	(2.817)	6.516	(4.932)	260	(68.158)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	50.427	(6.301)	(26.425)	7.799	15.085	40.585
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

10. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	2012	2011
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	24.232	22.163
Ágio na aquisição da SRPSA (controladora)	27.303	27.303
Marcas	16.298	16.298
Pontos comerciais (luvas)	46.160	48.100
	-----	-----
Total	113.993	113.864
	=====	=====

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2012 foi de três anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,6% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da Companhia referente à aquisição da SRPSA. As taxas de desconto utilizadas foram elaboradas levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste. A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

	2011	Variação cambial	Baixas no período	2012
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	22.163	2.069	-	24.232
Ágio na aquisição da SRPSA	27.303	-	-	27.303
Marcas	16.298	-	-	16.298
Pontos comerciais (luvas)	48.100	-	(1.940)	46.160
	-----	-----	-----	-----
Total	113.864	2.069	(1.940)	113.993
	=====	=====	=====	=====

Os ativos intangíveis descritos acima possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda.

Em junho de 2012, a controlada SGUS vendeu a marca Wamsutta. A controlada SGUS manterá os direitos de comercializar a marca Wamsutta na América do Sul e de buscar oportunidades de licenciamentos fora da América do Norte.

11. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil em 2012 foi de R\$31.836 (R\$27.757 em 2011). A controlada SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil em 2012 foi de R\$3.001 (R\$2.296 em 2011).

Prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	2012
2013	26.010
2014	24.804
2015	19.951
2016	19.560
2017	18.289

A partir de 2017, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$191.270.

Para o período de 2013 a 2019, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada SGUS é de R\$27.433.

A controlada SGUS possui provisão de curto e longo prazo que totalizam R\$25.460 (R\$13.972 em 31 de dezembro 2011), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$155.273 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

12. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2012	2011
Mercado interno	82.966	104.970
Mercado externo	103.522	108.019
Empresas associadas	-	45
	-----	-----
	186.488	213.034
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 38 dias (51 dias em 31 de dezembro de 2011). Em fornecedores no mercado interno estão incluídos créditos de compras de matéria-prima (algodão) no valor de R\$52.282 (R\$65.169 em 31 de dezembro de 2011).

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	Consolidado	
				2012	2011
Pré-pagamento exportação:					
Banco Santander (Brasil) S.A.	US\$	Libor+1,35	2012	-	29.807
Banco Itaú BBA S.A.	US\$	Libor+1,35	2012	-	29.807
				-----	-----
				-	59.614
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	29.716	38.026
BNDES (Revitaliza)	R\$	4,5 a 9,0	2016	29.716	38.026
Banco do Brasil S.A. (NCE)	R\$	IRP + 10,81	2012	-	48.318
BNDES (Finame)	R\$	4,5 e 7,0	2020	5.057	4.733
Bradesco S.A. (Conta garantida) (a)	R\$	120 do CDI	2012	-	15.143
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida) (a)	R\$	118,7 do CDI	2013	4.187	56.236
HSBC Bank Brasil S.A.	R\$	CDI+0,25	2012	-	4.984
Banco Santander S.A.	R\$	CDI+0,20 a 0,29	2013	1.173	2.930
Banco do Brasil S.A. (Giroflex)	R\$	118,9 do CDI	2013	25.115	8.046
Banco do Brasil S.A. (NCL)	R\$	102 e 106,5 do CDI	2014	248.544	207.827
Banco Itaú BBA S.A. (b)	R\$	117,7 do CDI	2014	205.730	209.389
Banco Santander S.A.	R\$	TJLP+5,0	2013	31.684	-
Banco Votorantim S.A.	R\$	TJLP+3,0	2014	49.484	-
Outros	R\$	-	2020	94	91
				-----	-----
				630.500	633.749
Moeda estrangeira:					
Deutsche Bank (Securitização)	US\$	Libor+1,30	2013	62.055	54.315
Banco do Brasil (Finimp) (c)	US\$	2,4	2012	-	38.919
Bradesco S.A. (Finimp) (c)	US\$	2,5	2012	-	56.596
Banco Santander Brasil (Finimp) (c)	US\$	2,7	2012	-	11.006
Banco Francês	\$ARG	14,4	2014	2.192	3.392
Banco Patagonia	\$ARG	15,6 e 19,0	2013	9.067	-
				-----	-----
				73.314	164.228
				-----	-----
Total				703.814	857.591
Parcelas no passivo circulante				(375.798)	(337.708)
				-----	-----
Parcelas no passivo não circulante				328.016	519.883
				=====	=====

(a) Em 2011 inclui os saldos com a controladora.

(b) Empréstimo contratado originalmente em dólares mais 4,6% a.a. com swap para aproximadamente 117,7% do CDI com a mesma contraparte.

(c) Os empréstimos Finimp foram contratados em Dólares com swap para aproximadamente 91% do CDI (vide nota explicativa nº 21 d.5.1).

Os empréstimos são garantidos por: (i) direitos de exportação, contratos, títulos de crédito e produtos a eles relacionados, para os financiamentos denominados “Pré-pagamento exportação”, (ii) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de São Gonçalo do Amarante, gravados em 1º grau, além de fiança da CTNM para os financiamentos denominados “Revitaliza”; e (iii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2013	2014	2015	2016	Total
Moeda nacional:					
Banco do Brasil S.A. (Revitaliza)	8.361	8.266	8.266	4.823	29.716
BNDES (Revitaliza)	8.361	8.266	8.266	4.823	29.716
BNDES (Finame)	638	726	725	2.968	5.057
Banco do Brasil S.A. (Conta garantida)	4.187	-	-	-	4.187
Banco Santander S.A.	1.173	-	-	-	1.173
Banco do Brasil S.A. (Giroflex)	25.115	-	-	-	25.115
Banco do Brasil S.A. (NCI)	208.683	39.861	-	-	248.544
Banco Itaú BBA S.A.	5.730	200.000	-	-	205.730
Banco Santander S.A.	31.684	-	-	-	31.684
Banco Votorantim S.A.	9.484	24.000	16.000	-	49.484
Outros	46	7	7	34	94
	303.462	281.126	33.264	12.648	630.500
Moeda estrangeira:					
Deutsche Bank (Securitização)	62.055	-	-	-	62.055
Banco Francês	1.214	978	-	-	2.192
Banco Patagonia	9.067	-	-	-	9.067
	72.336	978	-	-	73.314
	375.798	282.104	33.264	12.648	703.814
	=====	=====	=====	=====	=====

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado está representado como segue:

	2012	2011
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	123.024.923	98.317.247
Heartland Industrial Partners, L.P.	8.782.614	8.782.614
Diversos	68.192.463	36.547.563
	200.000.000	143.647.424
	=====	=====

Todas as ações são ordinárias com direito a voto.

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2011 e 28 de junho de 2012. Em 29 de junho de 2012, foi subscrito e integralizado aumento de capital no valor de R\$169.043 com emissão de 56.347.886 novas ações.

Em leilão de sobras realizado em 10 de julho de 2012, foram arrematadas 4.690 ações no valor de R\$14, completando assim a totalidade do aumento de capital.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de julho de 2012, foi homologado o aumento de capital da Companhia. Em consequência disso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$1.860.265, representado por 200.000.000 de ações ordinárias.

b. Dividendos e reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	2012	2011	2012	2011
Controladora:				
Coteminas S.A.	-	-	430	62.649
Springs e Rossini Participações S.A.	117	108	-	-
Springs Global US, Inc.	56.559	12.067	-	-
American Sportswear Ltda.	-	724	-	-
MMartan Textil Ltda.	15	-	-	-
Encorpar – Empresa Nacional de Comércio, Redito e Participações S.A.	199	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
	56.890	12.899	430	62.649
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Cia. de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	-	-	-	8.207
Coteminas International	-	-	-	9.443
Encorpar – Empresa Nacional de Comércio, Redito e Participações S.A.	199	-	-	-
	-----	-----	-----	-----
	199	-	-	17.650
	=====	=====	=====	=====

	Encargos financeiros	
	2012	2011
Controladora:		
Coteminas S.A.	(3.571)	1.293
Springs e Rossini Participações S.A.	9	10
Encorpar – Empresa Nacional de Comércio, Redito e Participações S.A.	10	-
Springs Global US, Inc.	2.618	1.963
American Sportswear Ltda.	414	19
	-----	-----
	(520)	3.285
	=====	=====
Consolidado:		
Cia. de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	(484)	(10.537)
Encorpar – Empresa Nacional de Comércio, Redito e Participações S.A.	10	-
	-----	-----
	(474)	(10.537)
	=====	=====

Os saldos mantidos com partes relacionadas sediadas no Brasil possuem vencimento de longo prazo, e os encargos são calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro (100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais 1,375% a.a.).

Os saldos mantidos com a controlada direta SGUS, representam contrato de empréstimo com limite de US\$30 milhões, denominado “Revolving loan agreement”, que prevê vencimentos semestrais renováveis até dezembro de 2014. Os encargos são variação cambial mais juros calculados com base na LIBOR de 1 mês mais 3% a.a.

Conforme previsto no acordo de acionistas da Companhia, a controlada SGUS deve pagar, a cada ano, a título de prestação de serviços, livre de despesas, o valor de US\$1.491 mil ao acionista Heartland Industrial Partners, L.P. A controlada CSA deve pagar o valor equivalente a US\$3.500 mil ao acionista controlador CTNM. Em 2012, foram provisionados a esse título R\$9.701 (R\$8.451 em 2011), sendo que o saldo em aberto no valor de R\$5.712 (R\$4.894 em 2011) está consignado na rubrica “Outras contas a pagar” no passivo circulante.

Em 2012 a CSA forneceu produtos intermediários para empresa do grupo, Companhia Tecidos Santanense, no valor de R\$9.386 (R\$39.218 em 2011). As transações são efetuadas a preços de mercado.

A Rossini Administradora de Bens Ltda., e a controlada indireta MMartan firmaram contrato de locação do imóvel onde se situam o parque fabril e os escritórios da controlada indireta MMartan. Em 2012, foram pagos R\$3.289 (R\$2.400 em 2011) sob essa rubrica. As avaliações do imóvel e respectivo aluguel foram efetuadas por empresa especializada e estão à preços de mercado.

Em agosto de 2011, a Companhia adquiriu de sua controladora CTNM, a controlada ASW por R\$3.781, valor equivalente ao patrimônio líquido daquela controlada. Desse total, o valor de R\$1.725, foi pago à vista por representar ativos de liquidez imediata, e o valor de R\$2.056, por referir-se à imposto de renda diferido, será pago quando de sua utilização pela ASW. Sobre os valores não incidem quaisquer encargos. Os saldos estão incluídos na rubrica “Outras obrigações” no passivo não circulante.

A Companhia divulgou fato relevante em 12 de agosto de 2011, comunicando que celebrou contrato pelo qual, verificadas certas condições e obtidas as aprovações societárias necessárias, a Companhia passará a ser a titular de 100% das ações em que se divide o capital social da SRPSA, cujo controle foi comprado pela Companhia em maio de 2009.

Como parte desse processo, em 13 de dezembro de 2011 a Companhia adquiriu 18.440 ações da SRPSA, pelo valor de R\$30.000, a serem pagos em 3 parcelas, sendo a primeira parcela no valor de R\$10.000 paga à vista e as outras duas parcelas no valor de R\$10.000 cada, em 120 e 240 dias respectivamente, passando a deter 84,7% de seu capital social.

Em 29 de junho de 2012, a Companhia adquiriu as restantes 14.133 ações, passando a deter 100% de seu capital social, pelo valor equivalente a emissão de 5 milhões de ações que foram subscritas pelas vendedoras no aumento de capital descrito na nota 14 às demonstrações financeiras.

Os valores pagos a diretores e pessoas-chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

16. DEBÊNTURES SUBSCRITAS PELA CONTROLADORA

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 24 de janeiro de 2006, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações da controlada CSA, para distribuição privada, nas condições abaixo, alteradas pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 09 de junho de 2006:

Emissão:	24 de janeiro de 2006
Série:	Única
Quantidade:	50.057 Debêntures
Valor nominal na data de emissão:	R\$ 1
Remuneração:	Variação cambial mais juros equivalentes à taxa Libor de 3 meses, acrescida da sobretaxa de 3% ao ano
Amortização dos juros:	Pagamentos trimestrais, com último vencimento para 21/06/2013
Amortização do principal:	17 parcelas trimestrais e sucessivas, com primeiro vencimento para 21/06/2009 e último para 21/06/2013

A totalidade das Debêntures foi subscrita pela Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas controladora da Companhia. No passivo circulante foram provisionados os juros pró-rata até 31 de dezembro de 2012 e as parcelas do principal no valor de R\$11.892 (R\$25.388 no passivo circulante e R\$5.266 no passivo não circulante em 31 de dezembro 2011). No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram contabilizados juros de R\$1.039 (R\$1.169 em 2011) e variação cambial devedora de R\$2.562 (R\$3.431 de variação cambial devedora em 2011).

17. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

Todas as unidades fabris da controlada CSA sediadas no Brasil, exceto as unidades de Blumenau-SC e Acreúna-GO, estão localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

Os incentivos fiscais federais e estaduais das unidades fabris desta controlada estão programados para expirar em diferentes datas, dependendo da instalação industrial em questão, até 31 de dezembro de 2016.

Os incentivos federais são calculados a partir do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do período. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram obtidos esses incentivos por não ter havido base tributável incentivada.

b. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

Operações continuadas:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado das operações continuadas antes dos impostos	(7.910)	(140.276)	(6.060)	(45.047)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	6.944	124.288	-	-
Receitas não tributadas – RTT	-	-	(39.332)	(26.036)
Preços de transferência	-	-	3.555	22.848
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	35.677	12.282
Outros	2	-	7.953	9.296
Base de cálculo dos impostos	(964)	(15.988)	1.793	(26.657)
Alíquota de 34%	328	5.436	(610)	9.063
Reversão de impostos diferidos – SGUS	-	-	273	(68.691)
Créditos fiscais não constituídos	(328)	(5.436)	(1.849)	(32.573)
Outros	-	-	(569)	(275)
Total dos impostos sobre o lucro	-	-	(2.755)	(92.476)
Impostos sobre o lucro – corrente	-	-	(3.820)	(23.747)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	-	1.065	(68.729)

Operações descontinuadas:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Resultado das operações descontinuadas antes dos impostos	(135.350)	(269.643)	(135.350)	(284.543)
Equivalência patrimonial	135.350	269.643	-	-
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	-	-	(135.350)	(284.543)
Alíquota de 34%	-	-	46.019	96.745
Reversão da provisão de imposto diferido passivo - SGUS	-	-	-	14.900
Créditos fiscais não constituídos	-	-	(46.019)	(96.745)
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	-	-	14.900
	-----	-----	-----	-----
Impostos sobre o lucro – diferido	-	-	-	14.900
	=====	=====	=====	=====

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras e instrumentos derivativos. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia poder vir a constituir créditos tributários.

A Administração da controlada CSA, em exercícios anteriores, com base em plano de negócios e projeções futuras, reconheceu parcialmente ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. Em 31 de dezembro de 2012, a controlada CSA possuía R\$ 442.260 em prejuízos fiscais (R\$317.784 em 2011) e R\$446.789 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$323.090 em 2011), cujos ativos fiscais foram reconhecidos parcialmente. Os ativos fiscais reconhecidos por aquela controlada são líquidos dos benefícios fiscais a ela concedidos. Suas projeções futuras consideram o maior foco para atendimento ao mercado nacional, cujas vendas possuem maior rentabilidade, incremento nas margens em decorrência da venda de produtos de maior valor agregado, entre outras. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da CSA possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos daquela controlada.

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas e são compostos como segue:

	Saldos em 2011	Reconhe- cidos no resultado	Outros	Saldos em 2012
Ativo:				
Provisões dedutíveis somente quando realizadas:				
Provisões diversas	25.015	1.349	201	26.565
Prejuízo fiscal, líquido	22.940	(1.244)	-	21.696
Créditos fiscais de controlada no exterior	7.579	688	135	8.402
	-----	-----	-----	-----
	55.534	793	336	56.663
Passivo:				
Diferenças temporárias passivas	-	272	(272)	-
	-----	-----	-----	-----
Ativo não circulante	55.534	1.065	64	56.663
	=====	=====	=====	=====

A Administração, com base em orçamento e plano de negócios, estima que os créditos fiscais sejam realizados durante os próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Ano	Consolidado 2012
2013	5.794
2014	2.588
2015	4.025
2016	6.455
2017 em diante	37.801

	56.663
	=====

d. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	-	-	8.322	37.613
Imposto de renda e contribuição social antecipados	8.934	9.156	18.916	19.492
PIS e COFINS a recuperar	-	-	96	853
IVA – Argentina	-	-	6.227	5.164
VAT – China e México	-	-	1.084	648
IPI a recuperar	-	-	161	-
Outros impostos a recuperar	-	-	3.748	3.086
	-----	-----	-----	-----
	8.934	9.156	38.554	66.856
Circulante	(8.934)	(9.156)	(32.210)	(32.773)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	6.344	34.083
	=====	=====	=====	=====

18. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia possui processos tributários e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$450 e R\$115 respectivamente.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Processos fiscais:				
- CPMF	4.317	4.317	4.317	4.317
- INSS	-	-	2.555	2.555
- Outros	-	-	13	13
Trabalhistas	-	-	8.981	6.361
Cíveis e outras	6	80	2.993	3.070
	-----	-----	-----	-----
Total	4.323	4.397	18.859	16.316
	=====	=====	=====	=====
Depósitos judiciais	4.226	4.301	15.217	15.683
	=====	=====	=====	=====

CPMF – A Companhia é pólo ativo em ação de mandado de segurança para afastar a incidência da CPMF sobre as operações de câmbio simbólico realizadas na operação de conferência internacional de ações por investidor estrangeiro.

INSS – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias.

Trabalhistas – A controlada CSA é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária e COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações do saldo da provisão consolidada são apresentadas a seguir:

	2011	Adições	Baixas	2012
Processos fiscais:				
- CPMF	4.317	-	-	4.317
- INSS	2.555	-	-	2.555
- Outros	13	-	-	13
Trabalhistas	6.361	6.234	(3.614)	8.981
Cíveis e outras	3.070	(7)	(70)	2.993
	-----	-----	-----	-----
	16.316	6.227	(3.684)	18.859
	=====	=====	=====	=====

19. PLANO DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão de benefício definido em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

	2012	2011
Mudanças no benefício provisionado:		
Benefício provisionado no início do ano	93.781	82.395
Custo do serviço	106	119
Custo dos juros	4.330	3.865
Perda atuarial	9.866	3.833
Pagamento de benefícios	(8.303)	(6.908)
Variação cambial	8.644	10.477
	-----	-----
Benefício provisionado no final do ano	108.424	93.781
Mudanças nos ativos do plano:		
Valor de mercado dos ativos no início do ano	20.416	18.307
Retorno sobre os ativos	2.019	(242)
Contribuições do empregador	8.918	6.978
Pagamento de benefícios	(8.303)	(6.908)
Variação cambial	1.940	2.281
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	24.990	20.416
	-----	-----
Valor presente das obrigações a descoberto	83.434	73.365
	=====	=====

	2012	2011
Premissas atuariais (expressas por médias ponderadas)		
Taxa de desconto (a.a.)	4,50% a 5,15%	4,75% a 5,50%
Taxa de rendimento esperada sobre ativos (a.a.)	6,90% a 7,80%	7,80%
Aumento futuro de salários (a.a.)	2,50%	2,50% a 3,50%
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	106	119
Custo dos juros	4.330	3.865
Retorno sobre os ativos	(2.019)	242
Perda atuarial	9.866	3.833
	-----	-----
Custo líquido do benefício	12.283	8.059
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 50% a 60% em investimentos de renda variável e 40% a 50% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

	2012	2011
Investimentos dos ativos dos planos:		
Renda variável	13.317	10.619
Renda fixa	11.261	9.297
Caixa e equivalentes de caixa	412	500
	-----	-----
Valor de mercado dos ativos no final do ano	24.990	20.416
	=====	=====

A controlada SGUS espera contribuir R\$8.491 para os planos de benefício definido em 2013. Os pagamentos de benefícios futuros esperados para os próximos 10 anos são:

	Plano de pensão de benefício definido
2013	8.312
2014	8.287
2015	8.147
2016	7.871
2017	7.575
2018 – 2022	34.555

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	2012	2011
Provisão para plano de pensão	83.434	73.365
Provisão para plano de pensão (múltiplos empregadores) (a)	954	1.307
Outras provisões de benefícios a funcionários	9.490	9.723
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	93.878	84.395
	-----	-----
Circulante (b)	(7.113)	(6.888)
	-----	-----
Não circulante	86.765	77.507
	=====	=====

(a) Até 30 de dezembro de 2010, a controlada SGUS era uma das empresas patrocinadoras do plano "South Jersey Labor and Management Pension Fund", um plano de pensão de benefício definido de múltiplos empregadores. Em 30 de dezembro de 2010, a controlada SGUS retirou-se do plano. Essa provisão representa o valor estimado a pagar referente à saída do plano.

(b) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

20. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da Companhia, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a Companhia e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997

Prazo de concessão: 35 anos

Valor total da concessão: R\$333.310

Atualização monetária: IGPM

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5º ao 15º ano 2002 a 2012	16º ao 25º ano 2013 a 2022	26º ao 35º ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
	-----	-----	-----
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	4.742	453.722	738.915
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao exigível a longo prazo, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando uma taxa básica de juros, atualizada pelo IGPM. Em 31 de dezembro de 2012 esse valor representava R\$62.974, sendo

R\$13.115 classificados no passivo circulante e R\$49.859 classificados como passivo não circulante (R\$72.988 em 31 de dezembro de 2011, sendo R\$4.141 classificados no passivo circulante e R\$68.847 classificados no passivo não circulante)

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de dezembro de 2012, somam R\$28.086 (R\$29.137 em 31 de dezembro de 2011) (vide nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras) e consideram a participação da Companhia nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--o valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados, está demonstrado a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	2012		2011		2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVOS --								
CIRCULANTE:								
Caixa e equivalentes de caixa	1.753	1.753	40	40	109.298	109.298	146.616	146.616
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	1.580	1.580	88	88
Duplicatas a receber	-	-	-	-	451.706	451.706	448.268	448.268
Instrumentos derivativos (i)	-	-	-	-	-	-	11.225	11.225
Outros créditos a receber	1.007	1.007	495	495	25.070	25.070	16.650	16.650
NÃO CIRCULANTE:								
Realizável a longo prazo:								
Duplicatas a receber	-	-	-	-	-	-	1.505	1.505
Partes relacionadas	56.890	56.890	12.899	12.899	199	199	-	-

	Controladora				Consolidado			
	2012		2011		2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
PASSIVOS --								
CIRCULANTE:								
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	10.748	10.748	375.798	375.798	337.708	337.708
Debêntures subscritas pela controladora (ii)	-	-	-	-	11.892	11.892	25.388	25.388
Fornecedores	-	-	-	-	186.488	186.488	213.034	213.034
Instrumentos derivativos (ii)	-	-	-	-	-	-	17.967	17.967
Partes relacionadas - minoritários	-	-	20.000	20.000	-	-	20.000	20.000
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	13.736	13.736	5.252	5.252
Outras contas a pagar	4	4	4	4	67.596	67.596	52.270	52.270
NÃO CIRCULANTE:								
Exigível a longo prazo:								
Empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	-	-	328.016	328.016	519.883	519.883
Debêntures subscritas pela controladora (ii)	-	-	-	-	-	-	5.266	5.266
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	11.724	11.724	8.720	8.720
Partes relacionadas	430	430	62.649	62.649	-	-	17.650	17.650
Concessões governamentais	-	-	-	-	49.859	49.859	68.847	68.847
Outras obrigações	2.056	2.056	2.056	2.056	27.493	27.493	19.149	19.149

(i) Os valores justos dos instrumentos derivativos são baseados em cotações no mercado secundário destes títulos, portanto, classificados como nível II de informação.

(ii) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações financeiras em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado.

Considerando que os vencimentos dos demais instrumentos financeiros são de curto prazo, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como "Empréstimos e recebíveis", no caso de ativos, ou "Outros passivos financeiros", no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1) Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

<u>Total dos investimentos no exterior</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Investimentos	23.263	33.617
Obrigações de controladas	(37.101)	(42.669)
	-----	-----
	(13.838)	(9.052)
Em milhares de Dólares equivalentes	(6.772)	(4.826)
	=====	=====

d.3.2) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e na controlada CSA:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa e equivalentes de caixa	2.666	12.494
Duplicatas a receber	67.532	55.869
Fornecedores	(3.471)	(6.148)
Financiamentos	-	(59.614)
Debêntures	(11.892)	(30.654)
Partes relacionadas	76.739	60.332
	-----	-----
Total da exposição em Reais	131.574	32.279
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	64.386	17.208
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 31 de dezembro de 2012 é como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2013	Baixa do Dólar	26.833	324	(13.465)	(27.255)
2015	Baixa do Dólar	37.553	14.971	(7.956)	(30.884)
		-----	-----	-----	-----
		64.386	15.295	(21.421)	(58.139)
		=====	=====	=====	=====

Valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

Cenário “Provável” representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.3.3) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros derivativos na Companhia e em suas controladas:

Em 2012, a Companhia não obteve resultados com esse tipo de derivativo. Em 2011, o resultado com derivativos relacionados ao risco de câmbio foi uma despesa de R\$11.868, contabilizados na rubrica “Variações cambiais líquidas”.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens. Abaixo, o resumo dos instrumentos derivativos com risco de commodities:

Descrição	Valor de referência (nocional) US\$mil		Valor justo – ativo (passivo) circulante	
	2012	2011	2012	2011
Contratos de opção de compra de algodão -- Posição: Comprada Moeda: US\$ corrente Contraparte: Macquarie Outras informações: Contratos totalizando 37,4 milhões de libras peso com vencimentos em jun/12	-	72.120	-	(17.967)
			-----	-----
			=====	=====
				(17.967)
				=====

Em 2012, o resultado com derivativos de commodities foi uma despesa de R\$10.158, sendo, R\$2.032 contabilizados nas rubricas “Variações cambiais líquidas” e R\$8.126 contabilizados em “Operações descontinuadas” (no mesmo período de 2011, uma despesa de R\$32.017, sendo, R\$3.749 contabilizados na rubrica “Variações cambiais líquidas” e R\$28.268 contabilizados em “Operações descontinuadas”).

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto os descritos em d.5.1 e d.5.2 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR, TR e a IRP estão demonstrados nas notas explicativas nº 13, 15 e 16. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

As principais informações sobre os instrumentos derivativos estão assim demonstradas:

Descrição	2011		
	Valor de referência (nocional) US\$ mil	Valor justo	Saldo contábil a receber
Contrato de Swap -- Posição passiva: 91% do CDI Posição ativa: US\$ + 2,4% a 2,7% Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: 2012	20.450	4.229	4.229
Contrato de Swap -- Posição passiva: 91% do CDI Posição ativa: US\$ + 2,4% a 2,7% Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: 2012	35.575	6.996	6.996
	56.025	11.225	11.225
	=====	=====	=====

Contratos de swap de taxa de juros – são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em Dólares - Finimp, previstos para as datas de vencimento dos contratos até junho de 2012. Tiveram seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros sobre empréstimos”. Os valores provisionados correspondiam ao valor justo desses derivativos e foram calculados a partir dos dados obtidos na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros como a taxa de juros futura nas datas de vencimento e algoritmos próprios, e comparados com as informações obtidas diretamente da instituição financeira contraparte que avalia esses instrumentos financeiros.

Os derivativos são negociados em mercado de balcão, registrados na CETIP e não estão sujeitos a depósito de margem. Em 31 de dezembro de 2012, o resultado com esses derivativos foi uma receita de R\$3.038. Em 2011 o resultado com esses derivativos foi uma receita de R\$11.225.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	Valor do principal R\$ mil	2012		2011	
		Juros provisionados	Saldo contábil a pagar	Juros provisionados	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 102% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: junho/2013	200.000	6.967	206.967	7.827	207.827
Contrato de empréstimo -- Juros: 106,5% do CDI Contraparte: Banco do Brasil S.A. Vencimento: abril/2014	40.000	1.577	41.577	-	-
Contrato de Swap -- Juros: 117,7% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: outubro/2014	200.000	5.730	205.730	9.389	209.389
	440.000	14.274	454.274	17.216	417.216
	=====	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de dezembro de 2012, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio do principal	Cenários		
			Provável	II	III
2013	Alta do CDI	340.000	(23.365)	(30.416)	(36.632)
2014	Alta do CDI	146.667	(10.058)	(14.460)	(17.448)
			=====	=====	=====

Valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

Cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do “CDI” em 25% e 50% respectivamente.

As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que

abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 – Gestão de liquidez--Os passivos financeiros da Companhia, de acordo com os vencimentos dos seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas, podem ser resumidos como segue:

Obrigações contratuais	Total	Prazo de liquidação previsto			
		Menos de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	761.295	413.780	318.331	27.576	1.608
Debêntures com parte relacionada	12.261	12.261	-	-	-
Fornecedores	190.427	190.427	-	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----
	963.983	616.468	318.331	27.576	1.608
	=====	=====	=====	=====	=====

d.8 – Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações financeiras. A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	2012	2011
Empréstimos e financiamentos	703.814	857.591
Instrumentos derivativos	-	6.742
Caixa e equivalentes de caixa	(109.298)	(146.616)
Títulos e valores mobiliários	(1.580)	(88)
	-----	-----
Total da dívida líquida	592.936	717.629
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	1.217.533	1.206.497
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	1.810.469	1.924.126
	=====	=====

22. REMUNERAÇÃO POR AÇÕES

Antes da constituição da Companhia, a controlada SGUS administrava plano de opções de compra de ações, o qual foi convertido, em 24 de janeiro de 2006, em um plano equivalente, porém com ações da própria Companhia. Nessa data, o plano de ações da controlada SGUS deixou de existir. Encontra-se, abaixo, um resumo das opções de ações:

	Opções existentes	Média ponderada de preço de exercício
Existentes e exercíveis em 31 de dezembro de 2011	555.216	R\$24,31
Expiradas	(555.216)	R\$24,31
	-----	-----
Existentes e exercíveis em 31 de dezembro de 2012	-	-
	=====	=====

A tabela a seguir resume as informações sobre as opções de ações existentes em 31 de dezembro de 2011:

31.12.2011		
Preço de exercício R\$	Opções existentes	Média ponderada da vida contratual remanescente
15,51	65.400	0,31 ano
25,48	489.816	0,31 ano
-----	-----	
24,31	555.216	
=====	=====	

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: “Indústria” e “Varejo”.

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de “Indústria”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

As controladas MMartan e ASW possuem um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se

constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

As informações financeiras no mercado brasileiro, das operações continuadas, separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	2012			2011		
	Indústria	Varejo	Total	Indústria	Varejo	Total
Vendas líquidas	794,9	224,7	1.019,6	760,5	181,4	941,9
Custo dos produtos vendidos	(594,1)	(112,5)	(706,6)	(586,4)	(82,7)	(669,1)
Lucro bruto	200,8	112,2	313,0	174,1	98,7	272,8
Despesas de vendas, gerais e administrativas (*)	(146,4)	(147,3)	(293,7)	(146,3)	(95,2)	(241,5)
Outros	(5,0)	(6,3)	(11,3)	(2,6)	(1,0)	(3,6)
Resultado operacional	49,4	(41,4)	8,0	25,2	2,5	27,7
Resultado financeiro	(83,9)	(10,8)	(94,7)	(82,1)	(9,3)	(91,4)
Resultado antes dos impostos	(34,5)	(52,2)	(86,7)	(56,9)	(6,8)	(63,7)
Depreciação e amortização	65,6	8,8	74,4	60,3	4,4	64,7

(*) O segmento de varejo inclui despesas de aluguel, condomínio e outras, das lojas recém inauguradas, cuja maturidade de vendas ocorrerá ao longo dos próximos trimestres.

A Administração da Companhia também gerencia seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina, Canadá e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações por região geográfica das operações continuadas (expressas em milhões de Reais):

	2012			2011		
	Brasil	Outros países	Total	Brasil	Outros países	Total
Vendas líquidas	1.019,6	663,3	1.682,9	941,9	465,9	1.407,8
Custo dos produtos vendidos	(706,6)	(574,3)	(1.280,9)	(669,1)	(393,9)	(1.063,0)
Lucro bruto	313,0	89,0	402,0	272,8	72,0	344,8
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(293,7)	(60,5)	(354,2)	(241,5)	(40,9)	(282,4)
Outras, líquidas	(11,3)	77,3	66,0	(3,6)	3,5	(0,1)
Resultado operacional	8,0	105,8	113,8	27,7	34,6	62,3
Resultado financeiro	(94,7)	(25,1)	(119,8)	(91,4)	(15,9)	(107,3)
Resultado antes dos impostos	(86,7)	80,7	(6,0)	(63,7)	18,7	(45,0)
Depreciação e amortização	74,4	7,9	82,3	64,7	13,4	78,1

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, utility bedding, produtos intermediários, e outros.

As informações de venda por categoria ou linha de produtos das operações continuadas são como segue:

	Consolidado	
	2012	2011
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	755,6	675,6
Utility bedding	318,9	198,1
Produtos intermediários	227,9	244,0
Outros	380,5	290,1
	-----	-----
	1.682,9	1.407,8
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	35,9	33,8
Utility bedding	32,2	24,5
Produtos intermediários	31,0	30,7
	-----	-----
	99,1	89,0
	=====	=====

A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos em 31 de dezembro de 2012 e apenas um cliente concentrou vendas superiores a 10% das vendas líquidas.

24. DESPESA POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	2012	2011
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(1.339.987)	(1.457.190)
Benefícios a empregados	(365.834)	(363.892)
INSS	(40.965)	(61.653)
Depreciação e amortização	(93.992)	(100.467)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	(66.709)	91.305
Variação cambial nos estoques de controlada no exterior	11.302	19.415
Outros	(103.764)	(73.366)
	-----	-----
	(1.999.949)	(1.945.848)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	2012	2011
Operações continuadas:		
Custo dos produtos vendidos	(1.280.923)	(1.062.981)
Vendas	(243.333)	(179.935)
Gerais e administrativas	(104.592)	(95.531)
Honorários da administração	(6.341)	(6.923)
	-----	-----
Total das operações continuadas	(1.635.189)	(1.345.370)
Operações descontinuadas:		
Custo dos produtos vendidos	(325.349)	(528.075)
Vendas	(24.340)	(48.674)
Gerais e administrativas	(15.071)	(23.729)
	-----	-----
Total das operações descontinuadas	(364.760)	(600.478)
	-----	-----
	(1.999.949)	(1.945.848)
	=====	=====

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue, abaixo, a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	2.088.291	1.772.045
Deduções das vendas	(405.382)	(364.204)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.682.909	1.407.841
	=====	=====

26. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação foi calculado como segue:

	2012	2011
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	(7.910)	(140.276)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	(135.350)	(269.643)
	-----	-----
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(143.260)	(409.919)
Número médio ponderado das ações ordinárias:	171.823.712	143.647.424
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$):		
Das operações continuadas	(0,0460)	(0,9765)
Das operações descontinuadas	(0,7877)	(1,8771)
	-----	-----
Total	(0,8337)	(2,8536)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação.

27. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

A composição de “Outras, líquidas” na demonstração de resultados é como segue:

	Consolidado	
	2012	2011
Ganho líquido com a venda de ativos intangíveis	75.715	-
Ganhos e perdas atuariais com planos de aposentadoria(*)	(7.268)	(5.028)
Outros	(2.425)	4.858
	-----	-----
	66.022	(170)
	=====	=====

(*) Vide nota explicativa nº 29 sobre efeitos nas demonstrações financeiras pela aplicação do CPC 33R1 (IAS19R) a partir de 1º de janeiro de 2013.

28. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 2011, a Companhia anunciou a descontinuidade de algumas operações de sua controlada norte-americana (SGUS). Essas operações representam os negócios referentes às linhas de produtos “fashion bedding” e “banho” com as marcas próprias e de terceiros. As operações de “utility bedding” e as operações da controlada canadense continuarão operando.

Em conexão com a descontinuidade de algumas operações da controlada SGUS, a qual importava direta ou indiretamente a totalidade da produção da controlada CSA destinada ao mercado norte americano, a controlada CSA, à mesma época, também anunciou programa de readequação de sua capacidade fabril aos mercados interno e do Mercosul, anunciando investimentos na transformação de 3 unidades fabris em polo de desenvolvimento urbano. As unidades de: (i) São Gonçalo do Amarante, RN; (ii) matriz em Montes Claros, MG; e (iii) parte da unidade em Blumenau, SC, serão transformadas em áreas de desenvolvimento urbano, com construção de conjuntos residenciais, escritórios e shopping centers com fortes investimentos na construção civil, comércio e serviços. Os investimentos poderão ser próprios ou de terceiros.

Parte das máquinas e equipamentos dessas unidades está sendo realocado para outras unidades fabris e o restante dos equipamentos, incluindo os equipamentos que foram substituídos de outras unidades fabris, está classificado na rubrica “Imobilizado disponível para venda”, pelo seu valor de mercado, quando inferior ao valor do custo residual (vide nota 9.b).

Os imóveis e instalações continuam classificados nas rubricas originais do ativo imobilizado, tendo-se em conta que seu valor residual é inferior aos valores de realização orçados nos projetos de urbanização acima mencionados, e que se constituirão futuramente em investimentos nos respectivos projetos.

Para fins comparativos, as demonstrações do resultado consolidado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, estão apresentadas considerando as operações descontinuadas.

O resultado consolidado das operações descontinuadas está apresentado a seguir.

	Consolidado	
	2012	2011
Resultado das operações descontinuadas:		
Receitas	276.039	403.735
Despesas	(361.180)	(578.001)
Depreciação e amortização	(11.707)	(22.477)
Provisão para perdas na realização dos ativos imobilizados	-	(59.902)
Outras despesas com reestruturação (*)	(38.502)	(27.898)
Reversão da provisão de imposto diferido passivo - (SGUS)	-	14.900
	-----	-----
Total das operações descontinuadas	(135.350)	(269.643)
	=====	=====
Total do fluxo de caixa gerado pelas (aplicados nas) operações descontinuadas:		
Resultado das operações	(135.350)	(269.643)
Depreciação e amortização	11.707	22.477
Provisão para perdas na realização dos ativos imobilizados	-	59.902
Reversão da provisão de imposto diferido passivo - (SGUS)	-	(14.900)
	-----	-----
Total do caixa aplicado nas operações descontinuadas	(123.643)	(202.164)
	=====	=====

(*) Inclui, principalmente, complemento de provisão para custos de arrendamento não recuperáveis e perdas na realização de imóveis disponíveis para venda por variação nos preços de mercado daqueles imóveis da controlada SGUS, contabilizados, em sua maior parte no 4º trimestre de 2012.

No decorrer do exercício de 2012, foram implementadas todas as medidas para a adequação dos parques fabris remanescentes, e as unidades da controlada CSA, destinadas aos projetos imobiliários, também tornaram-se totalmente disponíveis. A Administração da controlada CSA está em negociação com parceiros interessados na viabilização dos projetos e, já nesse próximo exercício, é esperado o início de suas execuções.

Para o exercício de 2013, não são esperadas despesas ou transações envolvendo operações descontinuadas.

29. EFEITOS PELA APLICAÇÃO DO CPC 33(R1) EM 2013

Conforme determinado pelo CPC e CVM, a partir do exercício financeiro a iniciar-se em 1º de janeiro de 2013, os ganhos e perdas atuariais em planos de aposentadoria reconhecidos como lucros e perdas até 31 de dezembro de 2012, não mais transitarão pela demonstração de resultado, passando a ser reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, como “Outros resultados abrangentes”. A seguir, a Companhia apresenta, abaixo, o impacto dessa aplicação nas demonstrações do resultado, para os trimestres de 2012 e para os exercícios de 2012 e 2011:

	Trimestres findos em:				Exercícios de	
	31.03.2012	30.06.2012	30.09.2012	31.12.2012	2012	2011
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	367.137	394.110	462.315	459.347	1.682.909	1.407.841
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(271.453)	(300.826)	(360.997)	(347.647)	(1.280.923)	(1.062.981)
LUCRO BRUTO	95.684	93.284	101.318	111.700	401.986	344.860
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:						
De vendas	(55.047)	(59.393)	(61.006)	(67.887)	(243.333)	(179.935)
Gerais e administrativas	(25.861)	(24.765)	(26.600)	(27.366)	(104.592)	(95.531)
Honorários da administração	(1.434)	(1.398)	(1.355)	(2.154)	(6.341)	(6.923)
Outras, líquidas	(608)	66.185	11.541	(3.828)	73.290	4.858
RESULTADO OPERACIONAL AJUSTADO	12.734	73.913	23.898	10.465	121.010	67.329
Despesas financeiras – juros e encargos	(22.963)	(21.022)	(19.010)	(17.577)	(80.572)	(72.599)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros	(12.835)	(13.301)	(13.867)	(11.030)	(51.033)	(45.006)
Receitas financeiras	2.997	5.574	3.594	5.365	17.530	26.694
Variações cambiais líquidas	309	137	(1.778)	(4.395)	(5.727)	(16.437)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS AJUSTADO	(19.758)	45.301	(7.163)	(17.172)	1.208	(40.019)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:						
Corrente	(636)	(795)	(3.453)	1.064	(3.820)	(23.747)
Diferido	215	28	(9)	831	1.065	(68.729)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS AJUSTADO	(20.179)	44.534	(10.625)	(15.277)	(1.547)	(132.495)
Ganhos e perdas atuariais com plano de aposentadoria	421	466	468	(8.623)	(7.268)	(5.028)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS ANTES DOS AJUSTES	(19.758)	45.000	(10.157)	(23.900)	(8.815)	(137.523)

* * * * *